

*Cibele Assênsio (USP)* Esse livro é resultado do trabalho realizado entre os anos de 2005 e 2010 por César Augusto Assis Silva, enquanto ele esteve vinculado ao Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, no qual foi qualificado diretamente para o doutorado. Foram cinco anos de pesquisa em espaços ao mesmo tempo religiosos, políticos, acadêmicos, de sociabilidade e lazer frequentados por pessoas surdas. Durante esse período, o autor participou das atividades do Grupo de Estudos Surdos e da Deficiência (GESD) do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, onde hoje atua como pesquisador associado e coordenador do referido grupo.

Sua cuidadosa pesquisa etnográfica, somada à análise de trajetórias e de documentos, permitiu um considerável acúmulo de dados relativos a diferentes dimensões dos temas surdez e deficiência. É imprescindível ressaltar o pioneirismo da pesquisa realizada. Especialmente no momento inicial de seu trabalho, pouco havia sido sistematizado sobre surdez no campo das ciências sociais. Se, por um lado, a obra aponta para diferentes áreas de conhecimento, por outro lado, é notável sua coesão e articulação argumentativa.

De maneira mais geral, pode-se dizer que sua obra trata de relações sociais produtoras de pessoas diferenciadas pela audição, conformadas, sobretudo, por agências religiosas. Mais especificamente, interessa a formulação discursiva da surdez como particularidade étnico-linguística. É esse o fio condutor da narrativa em questão. Desenha-se um quadro argumentativo que se complexifica a cada capítulo lido, ampliando-se do âmbito religioso para os mais diversos domínios.

Descreve-se e analisa-se um processo específico, partindo da perspectiva de que a condição audiológica definidora de um *self* não é autoevidente: precisa ser produzida por meio de interações específicas, sempre históricas, que levam a um determinado aprendizado (:23). Nesse sentido, observa-se um esforço de desnaturalização do “ser surdo”, empreendimento ainda incipiente no âmbito das ciências sociais.

É inegável – e declarada – a influência do filósofo francês Michel Foucault. A descrição e análise dos efeitos de configurações discursivas de saber-poder relativas à surdez atravessa toda a obra. Um diálogo crítico é estabelecido com referências bibliográficas que integram os chamados Estudos Surdos, dos quais fazem parte produções de linguistas, psicólogos e pedagogos. Nesse campo, frequentemente se faz presente aquilo que é descrito pelo autor como a história canônica da surdez, a mesma comumente narrada nos discursos políticos.

Tem-se como foco etnográfico as atividades missionárias de três instituições cristãs: Igreja Católica, Igreja Protestante (principalmente Igreja Luterana e Batista) e Testemunhas de Jeová. Agentes religiosos ocupam, sem dúvida, papel central na análise empreendida. Vale ressaltar, como fica explícito no livro, que o aspecto religioso é um efeito e não essência da formulação dessa surdez (:228). Além do mais, a categoria “agentes religiosos” é concebida como uma posição social, bem como no caso de agentes políticos e intelectuais – posições sociais estas, que podem ser e são, muitas vezes, ocupadas pelas mesmas pessoas.

Como veremos, a disciplinarização de corpos surdos no domínio religioso desdobra-se para outras esferas. Nesse sentido, a circulação de agentes com trajetória religiosa é fundamental; porém, é preciso considerar uma multiplicidade de agências.

Na sequência do livro, a primeira instituição religiosa que aparece é a Igreja Católica. Inaugura-se aí o problema da disciplinarização do corpo surdo como emergente da questão da universalização do cristianismo: serve de inspiração a passagem em que Cristo proferiu o *effata* – cujo significado é “abra-te” – molhando com saliva os ouvidos e a língua de um *surdo-mudo* e fazendo os ouvidos desse homem se abrirem e sua língua soltar-se. Assim, diferentes modelos de operacionalização do *effata* foram realizados pelas instituições cristãs.

Guardando uma relação de longa duração com a surdez, a Igreja Católica produziu uma heterogeneidade de normatividades, conforme demonstrado no primeiro capítulo. Práticas como ensino de leitura labial, utilização de alfabeto manual e o treinamento da fala foram em grande medida realizadas em instituições cristãs. Nesse sentido é possível dizer, conforme argumenta o autor, que aquilo que se tornou a educação oralista sustenta-se na educação de surdos conferida por essa instituição. Enquanto dados fundamentais, destaco a confecção do dicionário *Linguagem de mãos*, de autoria do Padre Eugênio Oates, fundamental para o engendramento da surdez como particularidade étnico-linguística. O alfabeto manual, porém, foi concebido nesse momento como um conjunto de *gestos e mímicas*, mas não como uma língua.

Baseando-se, sobretudo, em trabalho de campo junto à pastoral dos surdos de São Francisco e pastoral dos deficientes auditivos em Moema, descreve-se a heterogeneidade de normatividades evidenciadas nas missas, tais como a presença do intérprete, a realização da missa em língua de sinais utilizando-se da fala em conjunto com sinais na sintaxe da língua portuguesa. E, na instituição de maneira mais geral, o uso das categorias *deficiente auditivo e surdo* de forma intercambiável – o que em alguns casos tem gerado tensões análogas àquelas presentes em instâncias do Estado.

A segunda instituição analisada é a Igreja Evangélica Luterana, que aparece como a dobradiça histórica exemplar no engendramento da surdez como particularidade étnico-linguística. Pautados em argumentos

linguísticos, luteranos passam a conceber o manejo de sinais como constitutivo de uma língua específica, com sintaxe e outros elementos próprios de qualquer língua. Em grande medida, aquilo que os luteranos norte-americanos já conheciam por *American Sign Language* refletiu-se no Brasil como a categoria Linguagem de Sinais. As publicações do Padre Eugênio Oates foram apropriadas e o status social desse meio de comunicação modificou-se. Como fundamento teológico dessa concepção, argumentou-se que pais e professores deveriam *ser surdos para com os surdos* em analogia à passagem da Bíblia *ser fracos para com os fracos*.

Na Igreja Batista o mesmo fundamento – *ser surdos para com os surdos* – também fundamentaria a abertura de corpos surdos nessa instituição. Nesta, no entanto, a máxima converter-se-ia em outros significados, estabelecendo descontinuidades não só em termos de *língua*, mas também em termos de *cultura*.

A publicação de *O clamor do silêncio* 1991 apresentou-se como a sistematização dos objetivos do projeto missionário dos batistas com surdos, empreendido desde a década de 1970. Além de sistematizar o que devem ser esses ministérios, a publicação traz descrições referentes a características culturais próprias desse grupo. O intérprete, que ganha destaque, deve atender a aspectos técnicos em termos de caligrafia, expressão corporal e também deve ter um *chamado espiritual* e um *amor ágape* – ou seja - amar o outro em sua especificidade.

Se essa publicação já desenha uma nova concepção da surdez, sua edição, datada do ano de 2002, vem radicalizá-la. A bibliografia sobre educação de surdos, já presente antes, é ampliada. *A libras* emerge como a língua por excelência dos *surdos*, a qual deve ser utilizada para a evangelização desse *povo*. Categorias tais como *surdo-mudo* e *deficiente auditivo* desaparecem e o oralismo passa a ser visto como prejudicial ao grupo a ser alcançado. A constituição de uma disciplina que opõe sistematicamente pessoas em termos de audição, *língua* e *cultura* nos rituais das congregações batistas se dá pela atuação central do missionário intérprete. Este ocupa um espaço específico no palco – o lado esquerdo – onde são reservados lugares para os *surdos* em oposição aos *ouvintes*. Essa disposição espacial institui a divisão *surdo/ouvinte*. A tradução realizada não é só linguística, mas cultural: um jogo de espelhos indicializa o que é imagético à *cultura surda* e o que é sonoro à *cultura ouvinte* (:134.). Por fim, faz-se necessário ressaltar a disseminação da atividade do intérprete de *libras*, nas Igrejas Batistas e junto a outras instâncias. A formação desse profissional envolve aprendizados: da *identidade surda*, dos pressupostos da relação *surdo/ouvinte*, e de outros elementos de uma narrativa com inspiração científica fundida a um discurso sociológico culturalista (:124). Cria-se assim uma retórica do sofrimento que coloca o *povo surdo* como aquele que historicamente teve sua *língua* e *cultura* oprimidas.

Entre as principais instituições religiosas analisadas, aborda-se, por fim, as Testemunhas de Jeová. Após uma descrição cuidadosa de seus fundamentos teológicos, argumenta-se que a concepção da surdez como particularidade linguística é mobilizada, ali, sobretudo, para justificar esse trabalho evangelizador específico, que deve estar em estrita consonância com a tradução realizada para outros grupos linguísticos. Até que os ouvidos dos surdos sejam destampados, estes enfrentam as duras consequências do pecado e não podem aguardar até esse dia sem conhecer a verdade a ser revelada.

Ainda que não se envolva (via de regra) com questões políticas ou expressem, no plano teológico, apropriações de intelectuais, a instituição das Testemunhas de Jeová é também fundamental para o engendramento da surdez como particularidade étnico-linguística, na medida que profissionais intérpretes e professores de língua de sinais comumente passaram por essa instituição ou mantêm vínculos com ela. É justamente dos agentes religiosos da *libras* em circulação que trata o último capítulo antes da Conclusão.

As dimensões fundamentais analisadas nessa seção são o movimento social, a produção científica e o mercado. Descreve-se de que maneira o engendramento da surdez como particularidade étnico-linguística adquiriu, no processo em questão, função múltipla (científica, pedagógica e política), até tornar-se jurídica e, por fim, natureza.

Na dinâmica urbana, o que atualmente é chamado *comunidade surda* integra e relaciona agentes de diferentes trajetórias religiosas. No caso da Igreja Católica, evidencia-se uma estreita relação dessa instituição com territórios relativos à surdez, a exemplo de escolas católicas voltadas para pessoas surdas e associações de surdos, onde é recorrente a figura do Padre Benido de Burnier. Se a Igreja Católica está na base do associativismo primário de pessoas com surdez, com a atividade missionária batista esse circuito estende-se para outros locais onde missionários deveriam alcançar *os surdos* para evangelização: pontos de encontro como bares, praças de alimentação de shoppings, terminais de ônibus e praias. Vale ressaltar que as congregações em línguas de sinais das Testemunhas de Jeová também aparecem como componentes desse circuito.

Se agências religiosas produziram normatividades relativas à surdez, uma multiplicidade de agentes influenciou para o processo de consolidação da surdez afirmada como particularidade étnico-linguística, conforme demonstra o livro. Faz-se necessário considerar a emergência de uma instituição representativa fundamental: a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (Feneis). Essa instituição afirma a surdez em um discurso político em nome da chamada *Comunidade Surda Brasileira*, caracterizada, sobretudo pelo uso da língua de sinais.

O processo que fez emergir essa instituição remonta a episódios anteriores ao momento em que a Feneis é fundada. No bojo de um processo político que já vinha se desenhando pelo menos do início da década de 1980, agentes religiosos e vinculados à educação de surdos passaram a reivindicar o respeito pela *linguagem de sinais* e o debate sobre a inserção desses sujeitos no mercado de trabalho (:184). Em 1987, em uma reunião de associações vinculadas à surdez, a Feneis é fundada na base de outra instituição – a Federação Nacional de Educação e Integração de Deficientes Auditivos (Feneida) – fechada nesse momento sob justificativa de falta de apoio político.

A emergência dessa instituição explicita um processo político de diferenciação entre as categorias *surdo* e *deficiente auditivo*. É necessário ressaltar, entre os dados apresentados, que o novo estatuto da Feneis instituiu a obrigação da presença de maioria *surda* em sua presidência. Emerge, daí, uma narrativa política específica que funda os *surdos* como sujeitos de direito.

Sobre essa instituição, demonstra-se, ademais, sua posição atual de interlocutora legítima junto a instâncias do Estado, já que ela integra entre outros o Conselho Nacional da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade) e o Conselho Nacional de Saúde (CNS). Menciona-se também a presença dessa instituição no trâmite legislativo

legal do reconhecimento da *libras* como língua nacional e na própria elaboração do termo que deu nome à Língua Brasileira de Sinais: o termo *libras* já constava em documentos da instituição.

Como coroamento de um processo complexo que engendra a surdez como particularidade étnico-linguística, emergiu o dispositivo jurídico de reconhecimento da *libras*, que, dentre outras proposições, considera “pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais”, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da *libras*.

Além de descrever a constituição de um recente mercado da *libras* no qual a educação é o segmento fundamental e ressaltar a circulação sistemática entre movimento social surdo e religião, o livro retoma em seu final a retomada da perspectiva foucaultiana, apontando para o estabelecimento de uma nova gerência da população surda no interior do Estado-nação: trata-se agora de uma *língua*, de um *grupo* e de mais uma *cultura nacionais*.

Esse livro, dessa forma, não só contribui para o entendimento da relação entre surdez e agências religiosas, mas abre caminho para diversas outras problemáticas de investigação. Conforme mencionado pelo autor, uma delas refere-se à apropriação, pelo Estado, da disciplina reguladora de corpos surdos. Como outro caminho possível, destaco a problemática da conformação de um *sujeito surdo* em termos políticos. Tal como já investigado pelo campo da antropologia em relação a outros movimentos sociais que invocam o argumento étnico-linguístico como motivação para a ação política, a consolidação de um movimento social surdo aponta para questões identitárias e de estratégias políticas em seus reconhecimentos.